

Sarney mede êxito em 30 dias

JORNAL DE BRASÍLIA

7 MAR 1985

Mulheres lançam campanha

O presidente José Sarney disse ontem, em audiência a oito presidentes de Confederações Nacionais de Trabalhadores, que está «jogando tudo» no sucesso do plano de estabilização da economia, mas que será preciso um prazo de 30 dias para avaliar seu êxito. Os dirigentes sindicais saíram otimistas, pois o Presidente autorizou o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto — que também participou do encontro — prosseguir os entendimentos com a área econômica sobre suas reivindicações, como a garantia no emprego.

Sarney só mostrou objeções — segundo relato do presidente da Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, Wilson Moura — a uma das reivindicações, que pede uma correção maior para o salário mínimo, passando de Cz\$ 800 para Cz\$ 1.084. O presidente respondeu que fixou o salário mínimo em nível acima do que encontrou ao assumir o governo, afirmando que ele valia US\$ 32 e passara a valer US\$ 57.

Os dirigentes afirmaram que o Presidente alimentou esperanças de atendimento das outras reivindicações, remetendo-as a Pazzianotto. Estes pleitos são, além da criação de dispositivos legais proibindo as demissões imotivadas, a redução do percentual de correção automática dos salários de 20 para cinco por cento da inflação, o aumento do valor e da abrangência do seguro-desemprego, a não redução do salário nominal para os trabalhadores que tiveram reajuste em janeiro e fevereiro, e alteração no cálculo do salário médio, incluindo neste o IPCA de fevereiro, na avaliação dos sindicalistas, a redução da escala móvel para dez por cento de inflação parece ser uma das reivindicações mais bem aceitas.

Indagado também sobre a necessidade do tabelamento dos juros, Sarney afirmou que está havendo uma acomodação do mercado financeiro, e, tão logo a situação chegue ao normal, o problema será examinado. Ele assegurou que se as taxas se acentuarem, o governo intervirá para controlar. O Presidente ouviu atentamente todas as reivindicações e chegou a tomar nota sobre a questão referente à perda de salário nominal dos trabalhadores que tiveram reajustes em janeiro e fevereiro. Estiveram presentes, além de Moura e Coutinho, os presidentes das Confederações dos Trabalhadores na Indústria, José Ramos, dos Trabalhadores no Comércio, Antônio de Almeida, dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, José Alceu Câmara Portocarrero, dos Profissionais Liberais, Carlos Falkember, dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, Miguel Abrão e dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aloysio Ribeiro. O único a não comparecer foi o presidente da Contag, José Francisco da Silva.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, lança hoje, na Assembleia Legislativa de São Paulo, a campanha "A Mulher e a Constituinte", com a presença do presidente José Sarney. Na ocasião, a professora Jaqueline Pitangy será empossada como presidente do Conselho, pois a atual dirigente, deputada Ruth Escobar, deixa o cargo para concorrer às eleições de novembro.

A campanha "A Mulher e a Constituinte", já lançada em outros Estados, chega agora a São Paulo com a finalidade de promover a participação da mulher na Assembleia Constituinte, seja estimulando a candidatura de mais mulheres às eleições ou fazendo com que elas, organizadas em grupos, se voltem para a discussão da questão da mulher e elaborem documento reivindicatório que posteriormente será entregue aos eleitos, sejam eles homens ou mulheres.

Esse documento, denominado "Carta das Mulheres", deverá sugerir aos constituintes eleitos reivindicações referentes à legislação no que diz respeito às mulheres, bem como estabelecer novos direitos, que correspondam à evolução do papel da mulher na sociedade.

Segundo levantamento sobre a participação das mulheres na Constituinte, feito pelo Conselho dos Direitos da Mulher, desde 1822 o Brasil teve sete constituições, apenas três elaboradas pela Assembleia Constituinte, e todas elas deixaram as mulheres de fora.

Debate

A Constituição de 1824 excluiu da cidadania brasileira trabalhadores e escravos, que não podiam ser eleitos nem ocupar cargos públicos, e só em 1850 surgiram as primeiras organizações femininas, que lutavam pelo direito à instrução e ao voto, apelo feito aos constituintes de 1891.

O debate sobre o voto feminino acirrou-se a partir dessa data e anos mais tarde, em novembro de 1921, quando a participação das mulheres na greve geral por salários iguais para homens e mulheres foi marcante, realizou-se passeata exigindo a extensão do voto às mulheres.

O povo manda, ao pé do rádio

"Finalmente, neste País, o povo descobriu que manda. Nunca mais se pretenderá fazer nada no Brasil sem o apoio do povo". Este é um trecho do pronunciamento que o presidente Sarney fará hoje à Nação, através do programa "Ao Pé do Rádio".

O tema do programa desta semana vai girar em torno das medidas adotadas pelo governo no combate à inflação.

O presidente Sarney vai pedir a vigilância da população, mas não quer que isso seja feito com violência: "Vamos manter a fiscalização, vamos fazer valer a força da lei, sem violência, mas com a firmeza, para que os preços da tabela oficial sejam respeitados e o tabelamento funcione", dirá ele aos brasileiros.

O programa "Ao Pé do Rádio", como todas as sextas-feiras, será levado ao ar às seis horas, através de uma cadeia de rádio comandada pela EBN, e repetida às 19 horas, no programa A Voz do Brasil. As 8 horas, Sarney estará voando para São Paulo, onde participará da solenidade de lançamento da campanha pela participação da mulher na Assembleia Nacional Constituinte. Depois, ele segue para as cidades de Bauru e Lencóis Paulista, onde, nesta última, inaugura o sistema de computação da Biblioteca Pública Municipal Origens Lessa.

Anulação

Mas esse direito só foi conferido em 1928, quando, sensibilizado pela atuação feminina, Juvenal Lamartine, obteve a alteração da legislação eleitoral no Rio Grande do Norte. As mulheres compareceram às urnas mas tiveram o voto anulado pela Comissão de Poderes do Senado. Nesse mesmo ano, elegeu-se a primeira prefeita da história do Brasil, Alzira Soriano de Souza, pelo município de Lajes, Rio Grande do Norte.

Segundo o levantamento feito pelo

Conselho de Mulheres, so em 1932, durante o governo Vargas, é que o Decreto 21.076 garantiu "finalmente" o direito de voto às mulheres, e no ano seguinte, entre os 214 deputados constituintes, Carlota Pereira de Queiroz se elegeu por São Paulo.

Seminário

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) encerrou nesta capital um seminário que durante dois dias discutiu a imagem da mulher nos meios de comunicação. As principais conclusões do encontro serão encaminhadas sob forma de documento ao Congresso Nacional, aos ministerios, veículos de comunicação de massa, agências de publicidade e outros setores vinculados direta ou indiretamente com os meios de comunicação. O CNDM pretende desenvolver quatro itens: criação de um grupo de trabalho interministerial objetivando estudar medidas a serem implantadas a longo prazo para erradicação do sexismo (ou estereótipos e preconceitos) de materiais escolares; estimular a produção de materiais alternativos para uso em nossas escolas, através da instituição do prêmio "Cora Coralina", instituir a semana de ação contra o preconceito e as discriminações em materiais de uso escolar e produzir instrumentos de ação contra esses preconceitos a serem distribuídos de forma ampla durante o ano letivo de 1987.

Olga Curado, uma das coordenadoras do seminário, lembrou que desde seu ressurgimento na década de 70 o movimento de mulheres vem apontando que os livros escolares se constituem em freios poderosos à mudança de relações entre os sexos, na medida em que transmitem modelos estereotipados de papéis sexuais. Maria Carneiro da Cunha acrescentou que a participação das mulheres na produção da informação raramente ultrapassa os 30 por cento na maioria dos países. Ela afirmou que no momento em que o Brasil se prepara para definir seu futuro político, através da convocação de uma Constituinte, o CNDM pretende contribuir com a democracia, mostrando que a nossa legislação "não pode deixar de lado os interesses de metade da população do País".